

A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA EM MEIO ELETRÔNICO SOB O ASPECTO DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O LEXML BRASIL¹

Email:
samararscastro@gmail.com
fpassini@gmail.com

Sâmara Roberta de Sousa Castro²; Fernanda Passini Moreno³

Resumo

Apresenta projeto de estudo sobre os aspectos da representação da informação presentes no ambiente da organização da informação jurídica em meio eletrônico. O seu objetivo geral é analisar os padrões de Representação da Informação presentes na informação jurídica em meio eletrônico, para isto, utiliza como objeto de estudo o Portal LexML Brasil. Contextualiza a pesquisa a partir da Representação da Informação, metadados, linguagem de marcação XML e a informação jurídica em meio eletrônico no contexto nacional e internacional. Caracterizada como pesquisa qualitativa e descritiva de natureza básica, se reporta ao cenário conceitual dos padrões, dos objetivos e dos princípios bibliográficos advindos da área de Representação da Informação para a construção de categorias que serão utilizadas na análise dos registros que tratam dos documentos legislativos no Portal LexML Brasil. Espera-se, ao final da pesquisa, identificar a presença de padrões bibliográficos no LexML Brasil, além disso, através da análise dos registros, espera-se observar como os objetivos e princípios bibliográficos podem apresentar-se operacionalmente na Representação da Informação Jurídica.

Palavras-chave: Organização da informação. Representação da Informação. Informação Jurídica.

Abstract

Presents project of case study about the aspects of representation of information present in the environment of juridical information organization in electronic media. Its overall objective is to analyze the patterns of Information Representation present on legal information in electronic media; therefore, it took the LexML Brazil Portal as object of study. Contextualizes the research from Representation of Information, metadata, XML markup language and juridical information in electronic media in both national and international contexts. It is characterized as qualitative and descriptive research of basic nature, it refers to conceptual setting of standards, objectives and bibliographic principles arising from the Information Representation area for the construction of

¹ Relatório intermediário de mestrado aprovado em exame de qualificação e desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (PPGCINF/UNB).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

categories that will be used in the analysis of the records that deal with legislative documents in LexML Brazil Portal. It is expected that at the end of this research, identify the presence of bibliographic standards in LexML Brazil, in addition, by analyzing the records, it is expected to observe how the objectives and bibliographic principles can present operationally in the Representation of Juridical information.

Keywords: Information Organization. Representation of Information. Juridical Information.

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade atual, os meios de armazenagem, processamento, disseminação e recuperação da informação estão cada vez mais atrelados aos recursos tecnológicos, afetando diretamente a organização da informação.

Os estudos acerca da representação e organização se tornam presentes para a compreensão e o desenvolvimento da representação da informação em meio eletrônico. Na pesquisa proposta, pretende-se realizar estudo descritivo como forma de retratar as características encontradas na representação da informação presente na informação jurídica em formato eletrônico, especificamente no LexML Brasil.

O desenvolvimento dos *Online Public Access Catalogues* (OPAC), provocou mudanças que afetam a organização da informação. As bases de dados se tornam aliadas na tarefa de tratamento da informação disponibilizada em meio eletrônico. Assim, as bases de dados estão intimamente ligadas aos catálogos eletrônicos e atuam principalmente no auxílio à representação da informação e organização dos registros bibliográficos.

A Representação da Informação é um importante instrumento para a Organização da Informação, uma vez que contribui para que o público alvo possa encontra-la de forma mais eficiente. No âmbito jurídico, por exemplo, localizar certa informação em um menor tempo de busca, possibilita a economia de tempo e maior aproveitamento da mesma para o entendimento e resolução de questões inerentes da área.

Na área jurídica, o volume da informação vem crescendo devido a sua constante atualização (MIRANDA, 2004). Este cenário demanda formas eficientes tanto de organização como de tratamento da informação jurídica, assim, pode-se citar os esforços das grandes instituições do poder legislativo, executivo e judiciário, por exemplo, a Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional (RVBI) e a Rede de Informação Legislativa e Jurídica: LexML Brasil.

Como esforço para descrever e disponibilizar a informação jurídica em meio eletrônico, o Portal LexML Brasil pode ser visto como instrumento para a organização de parte desse volume da informação produzida. É necessário ressaltar que o Portal LexML Brasil possui elementos que o aproximam das funções dos catálogos on line de acesso aberto, além de relacionar-se dos seus conceitos e funções. Por isso, para essa pesquisa, o Portal LexML Brasil será observado sobre esse enfoque.

A informação jurídica assume uma função maior na tomada de decisões que influenciam diretamente no exercício da cidadania. Acerca disso, Miranda, D'Amore e Pinto (2013) desatascam que, embora seja um tipo específico de informação, sua prerrogativa contribui para a garantia dos direitos individuais. Ainda sobre essa questão, Alvíte Díez

(2009) afirma que a informação jurídica necessita ser disponível e de fácil acesso, a fim de favorecer o inquestionável direito da cidadania.

Diante deste contexto, este projeto de pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: Quais são os padrões de Representação da Informação utilizados no Portal LexML Brasil?

Para responder à questão da pesquisa, define-se como objetivo da pesquisa: Analisar os padrões de Representação da Informação utilizados no Portal LexML Brasil. Sendo necessários para alcançar o objetivo geral, os objetivos específicos são: mapear os padrões bibliográficos subjacentes ao LexML Brasil; identificar objetivos bibliográficos presentes LexML Brasil e identificar a presença de princípios de representação da informação presentes LexML Brasil.

2 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Organização da Informação é uma área da Ciência da Informação que, segundo Taylor (2009), envolve o processo de descrição de recursos de informação, resultando em registros que atuam como representantes desses recursos durante o momento da busca da informação.

Em uma visão similar à definição de Taylor (2009), Bräscher e Café (2008, p. 5), afirmam que a Organização da Informação é “um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais”, apresentando como produto desse processo a Representação da Informação.

Em seu trabalho titulado de “*The Intellectual Foundation of Information Organization*”, Elaine Svenonius apresenta os principais fundamentos da área da Organização da Informação, entre estes, são expostos os objetivos bibliográficos e os princípios da descrição da Organização da Informação.

A autora delimita o que pode ser identificado como princípio bibliográfico, objetivo bibliográfico e regras de descrição, sendo considerados, assim, coisas distintas que podem se relacionar. Os objetivos bibliográficos expressam aquilo que os usuários esperam de um sistema bibliográfico, como exemplo, encontrar um documento. Os princípios são direções apontadas para a criação dos instrumentos utilizados para organização da informação de um sistema. As regras de descrição, por sua vez, expressam operacionalmente o que os princípios norteiam, sendo representadas por códigos.

Assim como a Ciência da Informação sofre com a polissemia e a incessante busca da delimitação clara do seu campo de atuação, os termos organização da informação e organização do conhecimento vêm sendo estudados a fim de delinear quais são as atividades inerentes de cada área e os traços em comum. Apresente pesquisa adota a visão de Brascher e Café (2008) acerca da Representação da Informação, bem como sua relação com a Organização da Informação. Dessa forma, assumiremos que a Representação da Informação é um produto da Organização da Informação, formada por elementos que compõem a descrição física e de conteúdo de registros de informação.

A Representação da Informação reflete a representação conceitual de um objeto particular individual, alinhada às necessidades informacionais dos usuários inseridos no contexto de um determinado sistema de informação, enquanto a Representação do Conhecimento “reflete um modelo de abstração do mundo real, construído para determinada finalidade” (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 6). Assim, as autoras definem representação da informação como “o conjunto de atributos que representa determinado objeto informacional e que é obtido pelos processos de descrição física e de conteúdo”, e do conhecimento como a

construção “de uma estrutura conceitual que representa modelos de mundo” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 6).

A Representação da Informação também aborda os aspectos relacionados à padronização. Picco e Ortiz Repiso (2012, p. 149) propõem uma categorização dos padrões utilizados como ferramentas para controle bibliográfico. No modelo proposto pelas autoras, os padrões são categorizados em aplicações informáticas, nível de representação de dados e nível abstrato. Esses padrões são utilizados em conjunto, de acordo com o objetivo do sistema bibliográfico.

Nas aplicações informáticas encontram-se a estrutura, ou seja, esses padrões estão intensamente ligados ao uso da tecnologia na organização da informação. Assim, esses padrões estão presentes na codificação (Ex. ISO 2709, XML) e em formato de metadados, como o MARC. No nível de representação de dados estão presentes os padrões bibliográficos que atuam na representação do conteúdo do recurso bibliográfico. Desse modo, são identificados os padrões que atuam na representação temática (ou de assunto), como exemplo em vocabulários controlados, elementos definidos pelas Regras de Catalogação (como exemplo, a forma de entrada do título) e as regras de Catalogação (ISBD, AACR2 e RDA).

No nível abstrato, as autoras apontam os modelos e princípios que norteiam as ferramentas do controle bibliográfico, assim, são identificados teorias e modelos que contribuem com no constructo teórico do desenvolvimento de ferramentas para controle bibliográfico. Desse modo, são identificados os Princípios de Catalogação, exemplificado pelos Princípios de Paris e pela Declaração Internacional de Princípios de Catalogação e em relação aos modelos, as autoras apontaram o FRBR.

3 METADADOS

Desenvolvidos ao longo dos últimos anos, os metadados, na primeira fase, eram criados a partir do desdobramento da representação e descrição tradicionais; na segunda fase desenvolviam, além da influência dos metadados tradicionais, a partir das demandas que vinham surgindo por meio da interface digital e espera-se que na terceira fase, os metadados sejam criados automaticamente de acordo com as necessidades a serem identificadas (TAMMARO; SALARELI, 2008).

As definições comumente encontradas na literatura, relacionam o termo “metadado” com a questão da representação e/ou descrição da informação em meio eletrônico.

Os metadados não abordam somente a questão descritiva da informação. Taylor (2004) classificam os metadados em três tipos conceituais, sendo eles os metadados descritivos, estruturais e estruturais. Os metadados descritivos são usados para a representação, descrição e recuperação dos recursos digitais. Os metadados estruturais são empregados na organização interna do recurso e que influenciam a forma de visualização do usuário, como o tamanho dos arquivos, a sequência em que a informação será apresentada e os protocolos utilizados para busca, entre outros. Os metadados administrativos estão relacionados à gestão e tomadas de decisão do objeto digital, bem como a gestão dos direitos de propriedade intelectual, assistência ao monitoramento, reprodução, digitalização e backup de informações digitais.

3.1 Linguagem de Marcação XML

Atuando na estrutura da organização dos documentos, as linguagens de marcação delimitam e identificam o conteúdo, possibilitam remissivas bem como o intercâmbio de

informação, nesse meio destaca-se o XML (*Extensible Markup Language*), derivado do SGML (*Standard Generalized Markup Language*).

O XML é um padrão, que associado ao XML Schema, possui a capacidade de definir conjuntos de rótulos necessários para codificar e definir tipos de documentos, uma vez codificados em um conjunto de tags XML é possível utilizar tais marcações para diversas finalidades, que variam desde a mineração dados para a recuperação de informação (ALVITE DÍEZ, 2009). Para Marcondes (2006), o XML é a forma que tem se firmado como padrão na web para codificar metadados demonstrando a perspectiva de ser um padrão universal.

Apesar de possuir modificações e atualizações pelo W3C, o XML é uma linguagem de marcação aberta, independentemente da plataforma e sistema operacional; desse modo, possibilita o intercâmbio entre vários sistemas.

Cabe ressaltar que em relação às nomenclaturas utilizadas na literatura para identificar o XML, os termos comumente encontrados são metalinguagem, linguagem de marcação e metadado. Entendemos que esses termos refletem as características do XML, sendo todos aplicáveis a esta linguagem.

A partir do XML, vem surgindo vários desdobramentos, tais linguagens fornecem estruturas internas que oferecem mais possibilidades de descrição e recuperação final do documento, entre estas, Alvite Diez (2009) destaca o XLink (*Extensible Linking Language*) para a criação de ligações hipertextuais avançadas dentro nos documentos marcados em XML, XML Namespaces para a integração de diferentes vocabulários e o XSL (*Extensible Stylesheet Language*) para a alocação de um formato de estilo de apresentação.

Atualmente, existem esforços para o estudo e desenvolvimento do XML, o W3C mantém grupos de discussão e estudo sobre o tema além de estudar formas de intercâmbio e utilização dessa linguagem de marcação com outros sistemas.

4 INFORMAÇÃO JURÍDICA EM MEIO ELETRÔNICO

A definição de informação jurídica comumente utilizada é a de Passos (1994, p. 363), na qual a informação jurídica pode ser vista como:

[...] toda a unidade de conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações de pensamento de juriconsultos, tratadistas, escritores jurídicos, advogados, legisladores, desembargadores, juízes [sic] e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais.

Além disso, a informação jurídica pode ser gerada, registrada e recuperada por meio de três formas: a descritiva, a normativa e a interpretativa (PASSOS, 1994). A informação jurídica descritiva está relacionada à doutrina; a normativa, que se refere à legislação e a interpretativa, relativa à jurisprudência.

No cenário internacional, a organização da informação jurídica em meio eletrônico vem sendo estudada, principalmente em relação ao uso do XML, para favorecer a organização de portais em acesso aberto.

Os pesquisadores da área adotam o termo “XML legislativo” para fazer referência ao uso da linguagem XML para o tratamento de textos legislativos, pois, esse termo refere-se estritamente ao tratamento da informação jurídica, legislativa e jurisprudencial mediante XML (ALVITE DÍEZ, 2009).

No cenário internacional, entre as experiências ligadas ao desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao XML no âmbito jurídico, encontram-se o espanhol LexML-ES; o Sistema da Informação Jurídica da União Europeia (EUR-Lex) e o dinamarquês *Lex Dania*, visto como um o sistema nacional para a criação e intercâmbio dos documentos legislativos. Vinculados ao modelo europeu, também estão presentes o projeto holandês *MetaLex* e o Italiano, *Norme in Rete*.

No Brasil, o tratamento da informação jurídica com o auxílio tecnológico teve início em 1972, com a instalação do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) (CUNHA; LIMA, 2008). Neste ano, foram implantados módulos do Sistema de Informação Legislativa e do Sistema Administrativo Integrado, e as bases de dados NJUR, de normas jurídicas; MATE, relativa às matérias em tramitação e BIBR que continham as referências bibliográficas da Biblioteca do Senado (CENTRO..., 2015).

Atualmente visto como elemento vital do Senado, o Prodasen se transformou, segundo Moura (2006), em referência nacional em sistemas de informática e oferece diversos produtos entre eles, destaca-se o Sicon (Sistema de Informações do Congresso Nacional).

Também produzido pelo Senado Federal, disponível através do Interlegis, é o portal especializado em informação legislativa e jurídica LexMI Brasil. Ao estudar os mecanismos de Recuperação da informação presentes em determinados sites de informação jurídica no Brasil (Senado Federal, da Câmara dos Deputados, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e do LexML), de modo a identificar em quais existem a facilidade, a busca e navegação pelos usuários, Dalbosco e Vieira (2010), concluem que o LexML é o que melhor atende esses requisitos.

Outro produto da informação jurídica em meio eletrônico, no Brasil, é Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional (RVBI), na qual reúne recursos bibliográficos de quinze bibliotecas da Administração Pública Federal e do governo do Distrito Federal, dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário (REDE..., 2015). Além disso, estão integradas à RVBI, as bases de dados do Vocabulário Controlado Básico (VCB) e o banco de Autoridades Padronizadas (AUTR).

5 METODOLOGIA

O presente trabalho assume uma natureza qualitativa, uma vez que estuda os fenômenos envolvidos através de uma análise subjetiva dos dados, pois envolve “as perspectivas interpretativa e naturalística para os problemas que investigam” (DENZIN; LINCOLN, 1994, p. 2). Desse modo, na pesquisa qualitativa são consideradas a reflexão e a interpretação do pesquisador (FLICK, 2004, 2009); possui o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave (TRIVIÑOS, 1987). Portanto, serão abordados os registros de documentos legislativos do LexML de forma a compreender e avaliar como se dá a Representação da Informação dos itens dessa base.

Do ponto de vista da natureza da pesquisa, esse estudo apresenta natureza básica, sendo também denominada de natureza fundamental, a pesquisa de natureza básica possui ligação ao incremento do conhecimento científico, sem quaisquer objetivos comerciais (APPOLINÁRIO, 2006). Diante disso, esta pesquisa o assume caráter teórico e objetiva a geração de novos conhecimentos úteis para o avanço de uma área, sem tentamentos para geração de produtos e processos inerentes de uma pesquisa aplicada.

Quanto ao propósito, é uma pesquisa descritiva, uma vez que será descrita uma realidade, apresentada no LexML Brasil, sem interferências na mesma, ou seja, “esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987,

p. 110). Ainda em relação a esse tipo de estudo, Sekaran (2003, p. 121) afirma que “a pesquisa descritiva está empreendida a verificar e descrever as características das variáveis de interesse na situação”.

O método de pesquisa adotado será estudo de caso, considerado como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real especificamente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32). Esse método também é visto por Triviños (1987) como um estudo que objetiva aprofundar a descrição de determinada realidade, o estudo de caso possui intensa relação com pesquisas de caráter descritivo. Assim, o fenômeno específico a ser pesquisado dentro do universo presente na informação jurídica em meio eletrônico no Brasil será o Portal LexML Brasil.

A técnica para a coleta de dados será a observação e descrição dos elementos da representação da informação identificados nos registros a serem analisados. Além disso, como instrumento para coleta de dados dos registros levantados, será utilizado quadro de verificação, com categorias construídas a partir de teorias da área de Representação da Informação.

Prevista entre os tipos de amostragem presentes na pesquisa qualitativa, essa pesquisa utilizará a amostragem não aleatória por conveniência. Assim, para o levantamento da amostra dos registros a serem analisados, serão selecionados registros que tratam das leis que possuem volume de informações e relacionamentos com outros registros, como vários links para a doutrina referenciada sobre o assunto abordado pela lei selecionada. Desse modo, esse estudo explorará uma amostra intencional.

A análise de dados é o momento no qual, segundo Sekaran (2003), damos sentido para os dados. Esse autor, entre outros, trata a análise e interpretação de dados como algo que ocorre em conjunto. Desse modo, para a análise e interpretação de dados, serão usadas as técnicas de categorização a fim de construir categorizações dos dados relativos aos campos de descrição e conteúdo dos registros legislativos do LexML.

Portanto, em linhas gerais, esta pesquisa será descritiva documental básica, de natureza qualitativa.

5.1 Procedimentos Metodológicos

Em relação aos procedimentos para análise do LexML Brasil, Serão delineadas duas fases para a análise do Portal LexML Brasil sob a luz de teorias advindas da Representação da Informação. Os subsídios teóricos utilizados para a construção metodológica dessa pesquisa foram trazidos através dos padrões bibliográficos levantados por Picco e Ortiz Repiso (2012, p. 149), abordados na primeira fase, e pelos os objetivos bibliográficos e princípios de representação da informação apresentados por Svenonius (2000). Desse modo, essas teorias serão a base para a categorização dos traços da representação da informação no LexML Brasil e na a construção de um quadro de análise a ser utilizado nos registros de legislação.

Na primeira etapa, será realizada uma descrição dos instrumentos que se relacionam com os padrões bibliográficos identificados no LexML Brasil. Para esse mapeamento, será utilizado o modelo baseado em Picco e Ortiz Repiso (2012, p.149), abordado anteriormente na seção Representação da Informação.

Considerando o nível abstrato proposto por Picco e Ortiz Repiso (2012), também serão utilizados os objetivos bibliográficos e princípios da descrição da Elaine Svenonius como subsídios para a construção das categorias a serem utilizadas no mapeamento dos registros no LexML. Desse modo, a segunda fase será analisar os elementos da Representação da

Informação reunidos em um quadro de análise com categorias propostas a partir de Svenonius (2000).

Os princípios de descrição podem ser entendidos como direções gerais na construção de linguagens bibliográficas. Desse modo, Svenonius (2000) aponta os seguintes princípios: conveniência de uso, representação, suficiência e necessidade, padronização e integração. A autora não pontua claramente tantas indicações de características relacionadas a esses princípios e passíveis de serem identificadas operacionalmente em registros bibliográficos. Isto posto, incluímos, além da descrição de cada princípio, as questões relativas aos traços de operacionalização indicados pela autora. Assim como os princípios de descrição, a autora também não indica características operacionais passíveis de serem mapeados em registros os objetivos bibliográficos. Isto se deve a própria natureza dos objetivos, que possuem o papel de nortear quais as ações esperadas na utilização do sistema bibliográfico. Por isso, consideramos necessário também relacionar os objetivos bibliográficos com as características das linguagens da obra e das linguagens de documento.

A partir dos objetivos bibliográficos e princípios bibliográficos foram propostas categorias. Desse modo, o instrumento a ser utilizado para mapear nos registros bibliográficos selecionados de Representação da Informação será o quadro de análise. As categorias em questão são: Tipo de informação jurídica, Título, Responsável Intelectual, Nome Uniforme (URN), Publicador, Data de publicação, assunto, documentos relacionados, Formato de Preenchimento dos campos.

5.2 Ensaio da aplicação das categorias de análise e relatório intermediário

Em busca de um exemplo para identificar como esses campos serão preenchidos a partir dos dados dos registros bibliográficos, realizamos uma tentativa inicial a partir da Lei do Estágio (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008).

Após a realização do ensaio, percebeu-se a necessidade de considerar os registros da doutrina apontados no campo “documentos referenciados”, além disso, ao navegar pela doutrina referenciada, observamos que são apresentados outros campos além daqueles existentes na legislação. Desse modo, será necessário considerar, na análise os registros, a doutrina e a necessidade de se construir mais um instrumento de análise ou complementar esse as categorias de análise, de forma que seja possível descrever os relacionamentos e outros campos presentes na doutrina.

Por isso, a partir dos registros selecionados da legislação, também serão abordados os registros relacionados da doutrina, a fim de identificar em quais outros elementos a pode doutrina contribuir para os relacionamentos entre os registros e para o entendimento dos instrumentos de representação da informação do LexML Brasil.

Após apresentação do relatório intermediário, por sugestão da banca, decidiu-se abordar não somente o Portal do LexML Brasil, mas considerar o Projeto como um todo. Assim, ao invés da nomenclatura “Portal LexML Brasil” será adotada a nomeclacura “Projeto LexML Brasil”, uma vez que será considerada a documentação do Projeto como um todo como objeto de estudo.

6 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Foram apresentados os aspectos conceituais que contextualizam essa pesquisa, bem como a caracterização metodológica. Além disso, foram apresentados os procedimentos

metodológicos a serem utilizados para o mapeamento dos padrões de Representação da Informação e para a análise dos registros bibliográficos.

Também entendemos que na medida em que os procedimentos metodológicos forem aplicados, será necessário reportar a literatura a fim de complementar os pontos que podem emergir na análise dos dados.

Em relação às expectativas, ao final da pesquisa, esperamos identificar a presença de padrões bibliográficos no LexML Brasil, além disso, também poderemos nos deparar com outros padrões ou instrumentos utilizados para representar as obras e que exercem as mesmas função de padrões bibliográficos comumente utilizados. Além disso, através da análise dos registros, espera-se observar como os objetivos e princípios bibliográficos podem apresentar-se operacionalmente na Representação da Informação Jurídica.

REFERÊNCIAS

ALVITE DÍEZ, Maria Luisa. Las bases de datos jurídicas y el uso del lenguaje XML en España. *Scire*, v. 15, n. 1, p. 33-57, 2009.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 8., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

CENTRO de Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/prodasen/>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

CUNHA, Murilo Bastos da; LIMA, João Alberto de Oliveira. Tratamento da informação legislativa e jurídica: perspectiva histórica. **Senatus: cadernos da Secretaria de Informação e Documentação**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 33-38, out. 2008.

DALBOSCO, Vagner; VIEIRA, Angel Freddy Godoy. Recursos para a recuperação da informação legislativa em instituições parlamentares do Brasil. **Ciencias de la información**, v. 41, n. 1, p. 35-45, 2010.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. London: Sage Publication, 1994.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARCONDES, Carlos H. Metadados: descrição e recuperação de informações na Web. *In: _____ et al. Bibliotecas Digitais: saberes e práticas*. 2. ed. Salvador: EDUFBA; Brasília: IBICT, 2006.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. A política de desenvolvimento de coleções no âmbito da informação jurídica. *In: PASSOS, Edilenice. (Org.). Informação jurídica: teoria e prática*. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 137-152.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; D'AMORE, Ticiano Maciel; PINTO, Virginia Bentes. Gestão documental da informação jurídica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 3, p. 96-110, jul./set. 2013.

MOURA, Victor Hugo Vieira. As unidades de informações do Senado Federal: da informação legislativa à informação jurídica. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 2., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Integrar, 2006. Disponível em: <http://www.febab.org.br/integrar/palestras/victor_hugo_2.pdf>. Acesso em 1 jul. 2016.

PASSOS, Edilenice. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da Informação**, v. 23, n. 3, p.363-368, set./dez. 1994.

PICCO, Paola; ORTIZ REPISO, Virginia. RDA, el nuevo código de catalogación: cambios y desafíos para su aplicación. **Revista Española de Documentación Científica**, v. 35, n. 1, p.145-173, ene./mar. 2012.

REDE DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA E JURÍDICA. **Apresentação**. Brasília, DF: Projeto LexML 2008.

REDE Virtual de Bibliotecas: Congresso Nacional. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

SEKARAN, Uma. **Research methods for business: a skill-building approach**. [S. l.]: Wiley & Sons, 2003.

SVENONIUS, Elaine. **The intellectual foundation of information organization**. Cambridge: MIT, 2000.

TAMMARO, Anna Maria; SALARELLI, Alberto. **A biblioteca digital**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

TAYLOR, Arlene G. **The organization of information**. New York: Libraries Unlimited, 2004.

TAYLOR, Arlene G.; JOUDREY, Daniel N. **The organization of information**. 3. ed. Westport: Libraries Unlimited, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.